

**- CXX -****POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – A EXPERIÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR EM SÃO PAULO****Fábio Santos**Universidade Salvador (UNIFACS), Bahia, Brasil  
[fabiosantodireito@gmail.com](mailto:fabiosantodireito@gmail.com)**Edivaldo Boaventura**Universidade Salvador (UNIFACS), Bahia, Brasil  
[edivaldoboaventura@gmail.com](mailto:edivaldoboaventura@gmail.com)

Dentre os temas mais significativos sobre a política e gestão da educação superior, destacam-se a grande preocupação com a ampliação da demanda e a expansão e interiorização da educação superior; as necessidades de uma demanda cada vez mais diversificada. Além disso: as mudanças nos perfis profissionais e no processo formativo; o papel da educação continuada na formação permanente; a autonomia das ciências e a liberdade acadêmica; a interdisciplinaridade; as relações das universidades públicas com o Estado e com o setor produtivo; o impacto da mundialização do capital nos planos e programas; o financiamento da educação superior; a relação entre investigação-tomada de decisões no campo da educação superior, entre outros. (BOAVENTURA, 1997).

Assim, surge a necessidade do ensino superior brasileiro desenvolver ações estruturadas e planejadas, com objetivos, meios e metas bem estabelecidas, com horizontes realistas e práticas coordenadas. Tais medidas proporcionarão à maioria da população a oportunidade de experimentar os níveis mais altos de educação, alterando a situação de baixa abrangência e qualificação do sistema de educação superior em comparação com padrões internacionais. Pois, o ensino superior brasileiro não tem atingido mais do que 15% da população da idade apropriada (18-24 anos), sendo 75% dessas matrículas em instituições privadas. (PNAD, 2014).

Nesse contexto, houve a experiência da elaboração de um plano estratégico de longo prazo para o sistema de Ensino Superior de São Paulo, estado do sudeste brasileiro, com horizonte de 2006 a 2020. O projeto ficou denominado como o Plano Diretor para o Desenvolvimento do Ensino Superior Público no Estado de São Paulo e foi proposto pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (SCTDE), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Como comenta Pedrosa (2014), o estado de São Paulo, na condição de principal unidade da Federação em termos populacionais e econômicos, apresenta o mais qualificado sistema de Ensino Superior do País, tanto no setor público, com importantes instituições estaduais (USP, Unicamp,

Unesp, Fatecs) e federais (ITA, Unifesp, UFSCar, UFABC), como no privado (FGV, PUCs, Mackenzie, FAAP, Insper-Ibmec), e um dos mais altos índices de abrangência, com 18% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados em algum curso superior no estado. No entanto, a maior parte dessas matrículas, ocorre em instituições de baixa qualificação, com pouquíssima participação do sistema público (menos de 20%). Essa e outras características do sistema de Ensino Superior em São Paulo indicam a necessidade de ações coordenadas para torna-lo adequado às necessidades de formação que o estado requer para seu atual estágio de desenvolvimento e para suprir as futuras demandas, tendo em vista o processo atual de expansão econômica regional e nacional.

Considerando os desafios e as temáticas do ensino superior no século XXI, pode-se compreender os diferentes elementos da conjuntura atual, bem como as novas tensões, exigências e desafios colocados à educação superior. A contemporaneidade aponta a necessidade de investigar e refletir sobre o papel da educação superior e das universidades em um contexto de mudanças aceleradas, especialmente no que se refere à expansão das oportunidades educacionais, produção de conhecimento e a formação pautadas na defesa de um padrão de qualidade.

Na experiência da estratégia de planejamento para o Ensino Superior Público do Estado de São Paulo, foi diagnosticado, brevemente, o sistema público paulista de Ensino Superior e sua história, que motivaram as recentes tentativas de planejamento para seu desenvolvimento futuro. Relataram um projeto precursor do Plano Diretor, a proposta de expansão do Ensino Superior elaborada pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo (Cruesp) em 2013, suas propostas e seu impacto. Para uma apresentação de princípios que orientaram a proposta para desenvolver o Plano Diretor, como se organizou sua elaboração e quais foram suas principais recomendações. E, finalmente, indicaram como o Plano Diretor que se propôs ali colaborou para desenvolver uma visão mais integrada do sistema e como suas recomendações se relacionam com várias das atividades de expansão e qualificação do sistema. (PEDROSA, 2014).

Dentre as análises e propostas, foram debatidos os princípios gerais do desenvolvimento do sistema de Ensino Superior do estado de São Paulo, a estrutura, coordenação e missão do referido sistema de ensino. Outros pontos discutidos envolveram a expansão da graduação presencial a formação de pessoal técnico e docente para as redes públicas de educação infantil e básica, a pós-graduação, a informação e avaliação, a inovação e competitividade, e a educação à distância e novas tecnologias.

Como meta, o plano estabeleceu a expansão do ensino de graduação, para o sistema como um todo, com o objetivo de dobrar a participação dos jovens de 18 a 24 anos em curso de graduação (presencial e/ou a distância), dos então 15% para 30%. Na esfera estadual, caberia papel fundamental nesse processo ao ensino profissional e tecnológico, representado pelo sistema das Fatecs.

O planejamento, em análise, previa a qualificação de cada um dos setores que compõem o sistema, no sentido de que os diversos segmentos (público – estadual, municipal ou federal – e privado – com ou sem fins lucrativos) teriam metas associadas às suas missões, como descritas nas recomendações específicas, diretamente estabelecidas (no caso do sistema estadual) ou induzidas (nos demais casos, por meio de políticas públicas). Além disso, as ações desse planejamento, dedicaram atenção especial à necessidade de qualificação do sistema público de ensino médio, tanto o regular como o técnico/profissionalizante, parte integral do sistema educacional estadual e fundamental para a formação pré-terciária. Para tal, a formação de docentes para esse sistema deveria se tornar missão central do sistema de Ensino Superior. (PEDROSA, 2014).

O modelo adotado no estado paulista deveria contribuir para intensificar a inclusão dos segmentos menos favorecidos da população à educação superior, tanto pela expansão do sistema como por políticas específicas para esses grupos. Importante registrar que a finalidade do projeto foi o encaminhamento de propostas para o desenvolvimento do ensino superior público em São Paulo, objetivando trazê-lo ao nível dos sistemas existentes em países que, como o Brasil, estão interessados em aprimorar a formação educacional das suas populações, atingindo níveis compatíveis com aqueles exigidos por uma sociedade desenvolvida em todos os aspectos. Foi a primeira tentativa sistemática e abrangente de se elaborar, naquele estado, e até mesmo no país, uma proposta completa de ação, um plano estratégico de longo prazo, para um dos setores fundamentais da educação. (PEDROSA, 2014).

As necessidades identificadas no estado de São Paulo são possíveis de serem diagnosticadas em diferentes regiões no país. As temáticas em debate sobre o ensino superior explicitam diferentes elementos da conjuntura atual, bem como as novas tensões, exigências e desafios colocados à educação superior. Elas apontam, também, a necessidade de investigar e refletir sobre o papel da educação superior e das universidades em um contexto de mudanças aceleradas, especialmente no que se refere à expansão das oportunidades educacionais, produção de conhecimento e a formação pautadas na defesa de um padrão de qualidade.

### Referências

BOAVENTURA, Edivaldo. M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Educação Brasileira e o Direito**. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:  
<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>>. Acesso em: 25 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**- Lei nº 13.055, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

PEDROSA, Renato H. L. Um plano diretor para o ensino superior público do estado de São Paulo. **Revista do Ensino Superior**. Campinas, SP: UNICAMP, 2014.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. 187p.

\_\_\_\_\_. **Educação no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969. 385p.